

Malan e Serra VELHAS IDÉIAS CUSTAM A DESAPARECER

*Rogério L. Furquim Werneck**

O encontro entre o ministro da Fazenda e o candidato do governo enseja breve análise retrospectiva das divergências internas que tanto tumultuaram a condução da política econômica desde o lançamento do Plano Real e, especialmente, durante o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. A análise é oportuna porque ajuda a entender dificuldades de que padecem ainda hoje propostas que vêm sendo defendidas por José Serra.

Nos últimos anos, disseminou-se a visão de que as divergências do primeiro mandato foram fundamentalmente relacionadas à política cambial. E são bem conhecidas as posições conflitantes a esse respeito. Na verdade, as discordâncias foram muito mais amplas e, entre outros aspectos, envolveram posturas bastante díspares quanto à política fiscal e à política comercial. No que diz respeito à última, a divergência mais importante talvez tenha sido a celeuma do primeiro semestre de 1995 em torno das pressões da indústria automobilística por aumento de proteção contra a concorrência externa. Apesar das resistências de Malan, Serra acabou levando a melhor. Conseguiu que as importações de automóveis passassem a ser restritas por quotas e que a alíquota do imposto de importação incidente sobre automóveis fosse elevada de 32% para 70%.

Mas o que agora talvez mereça mais atenção são as divergências envolvendo questões de natureza fiscal, que ficaram mais acirradas a partir do final de 1995, quando ficou clara a extensão da deterioração das contas públicas que ocorrera naquele ano. Tais divergências deram lugar a vários embates. Entre os fatos que marcaram esses embates, podem ser mencionados a proposta de devolução do Banespa ao governo do Estado de São Paulo em 1995, o uso do BNDES para repassar recursos federais aos Estados em 1996 e as propostas de canalização dos recursos da privatização para um grande programa de investimento público, fantasia que acabou arquivada com a crise da Ásia, em 1997. No final daquele ano, tendo procrastinado a adoção de uma política fiscal mais austera por tanto tempo, o governo foi obrigado a anunciar às pressas um conjunto de medidas de ajuste fiscal que acabou conhecido como Pacote 51. O que permitiu ao País atravessar com relativa tranquilidade a pior parte da crise da Ásia.

No primeiro semestre de 1998, contudo, tendo as condições externas dado sinais de melhora, os “desenvolvimentistas” passaram a se bater pela suspensão das medidas de contenção de gastos que haviam sido anunciadas no final do ano anterior. A racionalização então apresentada era bastante peculiar: “Ajuste fiscal se faz com a economia crescendo e pelo lado da receita”. O governo afinal cedeu a tais pressões. E deixou a economia ainda mais vulnerável às sérias dificuldades que logo advieram da eclosão da crise da Rússia, dois meses antes das eleições de 1998. No final daquele ano, em desesperada corrida contra o tempo, o governo acabou obrigado a promover um ajuste fiscal de cerca de 3% do PIB, graças ao qual a economia pôde afinal ser rapidamente estabilizada após a tumultuada desvalorização do início de 1999. É interessante se perguntar o que teria acontecido se o governo tivesse

esperado a economia voltar a crescer para levar adiante o esforço de ajuste fiscal que então se fazia necessário.

Não é surpreendente que a máxima “ajuste fiscal se faz com a economia crescendo e pelo lado da receita” continue a nortear as idéias de Serra sobre a questão fiscal. O que o candidato vem defendendo é que o problema fiscal estará resolvido assim que for desentrevado o crescimento da economia. Com medidas que rotula de “ativismo governamental”, espera poder rapidamente melhorar as contas externas, baixar a taxa de juros e retomar o crescimento econômico. Com a economia crescendo, haveria expansão da receita tributária. O problema fiscal passaria a ser tão-somente impedir que as despesas crescessem ao mesmo ritmo que a receita. É com esta diferença que espera poder financiar novos programas de dispêndio público.

É difícil imaginar proposta menos ousada e mais conformista de melhora da qualidade do gasto público. Afinal este é um país onde o governo gasta quase 40% do PIB, boa parte em programas de dispêndio dificilmente defensáveis. Mas, pelo menos por enquanto, Serra tem resistido a defender qualquer idéia mais ambiciosa de corte de gastos e reestruturação do dispêndio público. Foi anunciado há poucos dias que sua campanha passaria a usar o slogan “Serra será o Malan da ação social”. O ministro da Fazenda deve ter ficado satisfeito com o reconhecimento, *quae sera tamen*. O slogan pode até ser uma boa idéia, mas para que tenha credibilidade é fundamental que Serra termine o trabalho apenas iniciado por Malan. E que apresente propostas mais ousadas que permitam abrir espaço nos orçamentos dos três níveis de governo para a expansão de gastos sociais que, sem dúvida, se faz necessária. Sobre a questão previdenciária, por exemplo, Serra nem mesmo menciona a possibilidade de levar adiante a proposta de cobrança de contribuição dos inativos, que FHC deixou pendente.

O candidato mostra enorme resistência a qualquer proposta que possa ser vista como “agenda negativa”. E, é claro, a preocupação com a possível perda de votos que propostas desse tipo poderiam acarretar parece ter sido exacerbada nas últimas semanas. No entanto, é inevitável constatar que Serra não vem conseguindo empolgar nem mesmo os segmentos mais esclarecidos do eleitorado. Como mostram as pesquisas, tem apoio inexpressivo entre eleitores com educação superior e com poder aquisitivo mais alto. E muitos dos seus eleitores parecem estar marchando para um voto resignado, que advém do simples temor aos demais candidatos.

Serra ainda tem disponível o trunfo de ainda não ter publicado seu programa de governo. É a oportunidade que lhe resta de apresentar uma proposta realmente convincente de retomada do crescimento e grande expansão de gastos sociais, que possa afinal dar vigor à sua campanha. Mas isto deverá requerer muito mais ousadia do que o candidato tem mostrado no seu discurso dos últimos meses.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.